

A “DIÁSPORA” NO PAMPA GAÚCHO: (MULTI) TERRITORIALIZAÇÃO NA CONTROVERSA ASCENSÃO DA SOJICULTURA TRANSGÊNICA

Henrique Rudolfo Hettwer¹

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Santa Maria, RS, Brasil



Enviado em 16 mar. 2024 | Aceito em 18 out. 2024

Resumo: Este artigo analisa a configuração da dinâmica populacional de municípios do Pampa gaúcho, os cinco maiores territórios hegemônicos pelo cultivo de soja transgênica no estado do Rio Grande do Sul: Tupanciretã, São Gabriel, Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul e Dom Pedrito. Mediante as premissas do materialismo histórico e dialético, incorporado pelo método comparativo, verificou-se a ocorrência de um controverso fenômeno de diáspora, de deserção destes municípios. Isto contraria a potente narrativa vigente, que apregoa formidável sucesso às áreas hegemônicas. Metodologicamente, compara-se a dinâmica populacional dos cinco principais produtores de soja em área do estado, com outros cinco, de população assemelhada, mas de primazia industrial, considerando-se variáveis como a emancipação de distritos. O trabalho analisa ainda algumas das condicionantes para tal fenômeno: a dinâmica fundiária, a geração de empregos e renda e indicadores de qualidade de vida. Verifica-se a concentração fundiária e a redução das áreas de produção de alimentos da agricultura familiar, o que resulta em êxodo rural; a menor geração de empregos; piores índices de desenvolvimento humano e distribuição de renda, em municípios de primazia sojicultora. Notabiliza-se, portanto, a relação entre as piores condições de vida nos municípios sojicultores com a diáspora em curso.

Palavras-chave: Diáspora; Pampa; Sojicultura transgênica; Realidade social.

THE “DIASPORA” IN THE PAMPA OF RIO GRANDE DO SUL: (MULTI)TERRITORIALIZATION IN THE CONTROVERSIAL RISE OF TRANSGENIC SOYBEAN FARMING

Abstract: This article analyzes the configuration of the population dynamics of municipalities in the Pampa region of Rio Grande do Sul, the five largest territories dominated by the cultivation of transgenic soybeans in the state of Rio Grande do Sul: Tupanciretã, São Gabriel, Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul and Dom Pedrito. Through the premises of historical and dialectical materialism, incorporated by the comparative method, the occurrence of a controversial phenomenon of “diáspora”, of desertion from these municipalities, was verified. This contradicts the prevailing powerful narrative, which proclaims formidable success to the hegemonic areas. Methodologically, the population dynamics of the five main soybean producers in the area of the state are compared with five others, with a similar population, but of industrial primacy, considering variables such as the emancipation of districts. The paper also analyzes some of the conditioning factors for this phenomenon: land tenure dynamics, job and income generation, and quality of life indicators. There is land concentration and a reduction in the areas of food production of family farming, which results in rural exodus; lower job creation; worst human development indices and income distribution in municipalities with soybean primacy. Therefore, the relationship between the worst living conditions in the soybean-growing municipalities and the ongoing “diáspora” is notable.

Keywords: Diaspora; Pampa; Transgenic soybean farming; Social reality.

LA “DIÁSPORA” EN LA PAMPA DE RIO GRANDE DO SUL: (MULTI)TERRITORIALIZACIÓN EN EL CONTROVERTIDO AUGE DE LA SOJA TRANSGÉNICA

Resumen: Este artículo analiza la configuración de la dinámica poblacional de los municipios de la Pampa de Rio Grande do Sul, los cinco mayores territorios hegemónicos por el cultivo de soja transgénica en el estado de Rio Grande do Sul: Tupanciretã, São Gabriel, Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul y Dom Pedrito. A través de las premisas del materialismo histórico y dialéctico, incorporado por el método comparativo, se verificó la ocurrencia de un controvertido fenómeno de “diáspora”, de deserción de estos municipios. Esto contradice la poderosa narrativa actual, que proclama un éxito formidable en las áreas hegemónicas. Metodológicamente, se compara la dinámica poblacional de los cinco principales productores de soja en la zona del estado con otros cinco, con población similar, pero de primacía industrial, considerando variables como la emancipación de los distritos. El trabajo también analiza algunas de las limitaciones de este fenómeno: la dinámica del suelo, la generación de empleos e ingresos, y los indicadores de calidad de vida. Hay concentración de la tierra y reducción de las áreas de producción de alimentos de la agricultura familiar, lo que se traduce en un éxodo rural; la menor generación de empleos; peores índices de desarrollo humano y distribución del ingreso, en municipios con primacía sojera. Por tanto, es notable la relación entre las peores condiciones de vida en los municipios sojeros y la permanencia de la “diáspora”.

Palabras clave: Diáspora; Pampa; Cultivo de soja transgênica; Realidad social.

Introdução

A literatura brasileira retrata o imaginário de muitos problemas nacionais. O conto de Monteiro Lobato (2012), “Cidades Mortas”, ilustra a ruína do Vale do Paraíba, de natureza sugada ao extremo para o enriquecimento de uma elite rural cafeeira, aliada ao capital inglês. Narra o desamparo e a angústia das populações exploradas e sem esperança, que assistiram ao reinado do monocultivo do café ao extrair a riqueza da natureza para, sob a forma de grão, ser ensacado e mandado para fora do Brasil, sem compensar a região pela maciça exploração. “À mãe fecunda que o produziu nada coube”, vaticina o escritor, que observa a vingança da terra enclausurada “numa esterilidade feroz.” Jorge Amado (2004) e Érico Veríssimo (2010) também figuram o coronelismo e a segregação social em suas obras literárias, retratando o ciclo do cacau na Bahia e a formação territorial desigual do Rio Grande do Sul, respectivamente.

Os escritores brasileiros traduzem o cenário de um Brasil arcaico, oligárquico. Nesses três cenários, o espaço rural expressa alguns dos processos segregatórios de formação do Brasil. O imaginário das obras literárias contribui para refletir a natureza do modelo sojicultor hegemônico, sob novas roupagens, mas que mantém a essência oligárquica, impulsionada por oligopólios estrangeiros e farta publicidade. Tal quadro ressurgiu neste artigo, que repercute a dinâmica populacional nos territórios hegemônizados pela sojicultura transgênica e o paradoxo que gera. Esmera-se em promessas e potente publicização, mas mascara uma práxis prejudicial nos territórios em que se reproduz, como nos municípios do Pampa gaúcho – Tupanciretã, São Gabriel, Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul e Dom Pedrito. A soja transgênica é hegemônica no espaço, o que vai gerar significativos impactos e fragmentações nos territórios.

Este hegemonismo reproduz perversidades de uma globalização neoliberal (Santos, 2009). O modelo transgênico, baseado na concentração fundiária, no uso de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) e pesticidas (substancialmente de transnacionais), mecanização (substancialmente de oligopólio estrangeiro), com farto incentivo estatal através de financiamento e desoneração tributária, voltado à exportação (principalmente *in natura*), faz retroceder avanços de ruptura ao subdesenvolvimento que a nação alcançara no século XX.

Nesse contexto, vivem as pessoas. Distintamente da narrativa potencializada dos agentes hegemônicos, a realidade social dos territórios hegemônizados apresenta contradições ao propalado sucesso do segmento. Uma questão que chama a atenção é a dinâmica populacional em municípios do Pampa que tiveram seus territórios ocupados pela primazia da sojicultura transgênica. A análise deste fenômeno motiva esta pesquisa para que se apurem algumas das causas e condicionantes de sua reprodução.

Processos metodológicos

Em 2017, o Rio Grande do Sul produziu 17.311.971 toneladas de soja, em 5.189.633 hectares (IBGE, 2017). No estado, os cinco principais municípios em área colhida foram, nesta ordem, Tupanciretã, São Gabriel, Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul e Dom Pedrito, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Área colhida em ha e quantidade produzida de soja de municípios gaúchos

	Municípios	Área colhida em ha	Quantidade em ton.
	Rio Grande do Sul	5.189.633	17.311.971
1	Tupanciretã (RS)	139.581	494.609
2	São Gabriel (RS)	119.484	324.622
3	Júlio de Castilhos (RS)	106.502	382.200
4	Cachoeira do Sul (RS)	99.643	296.988
5	Dom Pedrito (RS)	92.563	269.320
6	Cruz Alta (RS)	90.872	335.237
7	Palmeira das Missões (RS)	81.077	303.013
8	Santa Bárbara do Sul (RS)	76.217	305.798
9	Capão do Cipó (RS)	69.287	174.767
10	Joia (RS)	68.715	216.667

Fonte: IBGE, 2017. Org.: Autor, 2024.

No entanto, quando se analisa a quantidade produzida, alteram-se os municípios e a ordem de ranqueamento. Os cinco municípios gaúchos que mais produziram soja em 2017 foram: Tupanciretã, Júlio de Castilhos, Cruz Alta, São Gabriel e Santa Bárbara do Sul, seguidos de Palmeira das Missões, Cachoeira do Sul e Dom Pedrito (IBGE, 2017). Para a análise deste estudo, usar-se-á o critério de área colhida, e não o de quantidade produzida, apesar de haver certa relação de coincidência nos municípios protagonistas, em ambas as situações. A escolha por este critério observa a maior relevância política e econômica de uso do solo para analisar a dinâmica populacional. Assim, os maiores territórios gaúchos em área colhida, fornecem maiores dúvidas e questionamentos nesta perspectiva. Estes municípios embasarão as discussões, comparando-os a outros, de outra matriz econômica, a industrial. A partir da seleção de municípios, foram analisadas as seguintes variáveis: a dinâmica populacional, o trabalho, a estrutura fundiária e a produção de alimentos, a vulnerabilidade social.

Para a efetivação de uma análise dialética, utilizando-se das premissas do materialismo histórico e dialético, acerca da configuração de pactos e impactos nos municípios sojicultores, far-se-á a contraposição a outros cinco municípios, de preponderância da matriz produtiva industrial, mediante o uso do método comparativo. Este método, nas ciências sociais, foi sistematizado por Edward Burnett Tylor (1832-1917), antropólogo inglês, responsável pela metodização da antropologia cultural na Universidade de Oxford, Inglaterra.

Tylor considerava que o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos, contribui para uma melhor compreensão do pensamento humano. Constitui uma verdadeira experimentação indireta, é empregado em estudos de largo alcance, como o desenvolvimento da sociedade capitalista, e de setores concretos, assim como para estudos qualitativos e quantitativos, como a taxa de escolarização de países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O método comparativo permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais (Marconi; Lakatos, 2022).

A escolha dos cinco municípios industrializados obedeceu a três parâmetros essenciais: a primazia industrial; o tamanho da população assemelhado a cada município sojicultor (20% maior ou menor, a partir de informações do Censo Demográfico [IBGE, 2022]); e a localização geográfica no interior gaúcho. No primeiro grupo, de população assemelhada a Tupanciretã, destaca-se o município

de **Horizontina**, com VAB² industrial de 48,82%. No segundo grupo, de municípios assemelhados à população de São Gabriel, pelos critérios observados, destaca-se **Venâncio Aires**, de VAB industrial de 41,05%.

O terceiro grupo de municípios, de população assemelhada a Júlio de Castilhos, apresenta como destaque Horizontina, já contemplado. Assim, na sequência do critério indicado, com VAB industrial de 42,43%, aparece o município de **Não-Me-Toque**. No grupo de municípios de população assemelhada a Cachoeira do Sul, destaca-se Venâncio Aires, já contemplado. Em seguida, aparece o município de **Farroupilha**, com 35,06% de VAB industrial. Por fim, no grupo de municípios de população assemelhada a Dom Pedrito, destaca-se **Carlos Barbosa**, com VAB industrial de 59,73% (IBGE, 2021a).

Diante da escolha dos municípios a serem analisados, os dados demográficos são comparados no período de 1970 a 2022. Ressalta-se que a última emancipação municipal que envolve estes entes federativos ocorreu em 1995, no município de Tupanciretã. Assim, tanto em municípios sojicultores quanto aqueles de primazia industrial analisados, ainda que tenham perdido território e população, este fator não determina expressivamente o sentido da dinâmica populacional denotado. Salienta-se que a influência deste fator é ainda mais determinante nos municípios de VAB industrial, que derivaram mais municípios no período que os sojicultores, pelo seu maior dinamismo socioeconômico.

Ademais, outros indicadores são analisados para a verificação das condicionantes deste fenômeno identificado: a geração de empregos formais no século XXI e indicadores de ocupação e desocupação; a estrutura fundiária, a expansão sojicultora e a retração da área de produção de alimentos, que considera os dois últimos censos agropecuários; indicadores de desenvolvimento humano dos municípios na atualidade.

Destarte, o objetivo geral deste artigo é analisar a dinâmica populacional dos cinco principais municípios sojicultores gaúchos em área produzida, para verificar as condicionantes da expansão sojicultora transgênica no Pampa gaúcho. Os objetivos específicos são: fundamentar e evidenciar a dinâmica populacional nas últimas cinco décadas nestes municípios; analisar e discutir as razões para tamanha deserção populacional do Pampa.

Análise da dinâmica demográfica

A dinâmica populacional é impactada pelas taxas de natalidade e mortalidade, além da migração. Para Damiani (2008), há uma relação intrínseca entre dinâmica populacional e a reprodução do capital, que é desvelada a partir da discussão da migração.

Moreira (1994) assinala que o capital controla os homens e a natureza, para torná-los homens e natureza para o capital, no que denomina “geografia da alienação”, que degrada o homem e a natureza, exprimindo-se como crise ecológica, crise energética, crise alimentar, crise moral, segregação, ditaduras, obsolescência planejada. É esta lógica que fomenta a escassez para forjar necessidades novas e renovar as necessidades velhas, condicionando a existência dos homens e a apropriação da natureza em mercadorias.

O capital cresce subvertendo o modo de vida dos homens, à base da dissolução das relações existentes para as reconstruir dependentes do mundo mercantil. Assim, alienada, a existência

² VAB (Valor Adicionado Bruto) industrial é o percentual em relação ao VAB total do município, que inclui ainda a Agropecuária, Serviços (Exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social), Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

humana reproduz-se ao ritmo da reprodução do capital. O comportamento humano individualiza-se e a individualização atinge os homens nas classes onde o parasitismo do capital mais se encontra mergulhado. Nessas classes sociais o indivíduo sente-se sob um isolamento crescente entre os outros indivíduos. E a unidade dos homens rebenta no justo momento em que as aglomerações urbanas praticamente extinguiram as distâncias físicas e em que o aprofundamento da divisão de trabalho torna-os cada vez mais interdependentes (MOREIRA, 1994, p. 106).

A concentração e a reprodução do capital é um polo de atração dos fluxos migratórios, pois, à medida que ele explora a periferia buscando a centralidade de recursos e riqueza, também retira desta periferia as condições elementares de sustentação das populações. Com a mudança do modo de produção feudal para o capitalista, houve também a urbanização crescente experimentada desde a I Revolução Industrial, no final do século XVIII na Europa, e impulsionada no Brasil a partir da década de 1930.

Crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estendem suas consequências ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes. Resultado: o agrupamento tradicional próprio à vida camponesa, a saber, a aldeia, transforma-se; unidades mais vastas o absorvem ou o recobrem; ele se integra à indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria. A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária (LEFEBVRE, 2008, p. 15).

Segundo o IBGE (2023b), em 1960, o Brasil tinha 32.004.817 pessoas morando nas cidades e 38.987.526 morando na zona rural, totalizando 70.992.343 brasileiros. Ou seja, cerca de 45% da população residindo na zona urbana e 55% na zona rural. Portanto, o Brasil, viveu uma urbanização tardia devido ao processo tardio de industrialização. Anos mais tarde, em 2010, o Brasil apresentava mais de 84% da população urbana.

Essa migração gigantesca e acelerada, portanto, foi resultado das transformações proporcionadas pela troca da matriz agrícola pela industrialização e da capacidade de atração de capitais para a cidade, onde a indústria se instalou inaugurando postos de trabalho, projetos de moradia popular, e promessas de melhoria das condições de vida, de acesso à educação e saúde. Ao mesmo tempo, o campo brasileiro repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura, capitalizada com a mundialização agrícola, ocorrida a partir das décadas de 1960 e 1970, com a mecanização e a concentração fundiária crescentes.

A partir dos anos de 1940-1950, é essa lógica da industrialização que prevalece: o termo industrialização não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se a terciarização) e ativa o próprio processo de urbanização. Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do país; por isso, a partir daí, uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de Estados (SANTOS, 2013, p. 30).

No decorrer da segunda metade do século XX, com a industrialização tardia, a migração torna-se um importante componente da análise demográfica, pela crescente mobilização de pessoas do campo para a cidade.

José de Souza Martins define três grandes correntes internas de migração: a mais antiga, a de trabalhadores do Nordeste para o Sul, "particularmente São Paulo, Rio e Paraná, procedentes

sobretudo do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Do Nordeste, particularmente Ceará, Piauí e Maranhão sai um outro fluxo migratório em direção ao Norte e ao Centro Oeste, ou Amazônia Legal. Uma outra, mais recente, é que se dirige do Rio Grande do Sul e do Paraná para o Mato Grosso e Rondônia". Atrás delas está a história da reprodução do capitalismo no Brasil, seu significado violento, depredador e super exploratório, de amplas camadas da população (DAMIANI, 2008, p. 46).

Esse último fenômeno migratório a que se referem Damiani e José de Souza Martins, é denominado "diáspora gaúcha", que segue ocorrendo na atualidade, pela expansão da fronteira agrícola no centro-oeste, norte e nordeste do país, que apresentavam terras mais baratas, e irriga sonhos de prosperidade dos sulistas. Além da perda de dinamismo da economia gaúcha em algumas regiões, que as torna repulsoras.

Segundo Pochmann (2009), há um fenômeno populacional imposto pelo capital monopolista que concentra empregos e até mesmo formalidade e direitos trabalhistas nos espaços metropolitanos, em contraste com os não metropolitanos.

Se considerado somente o contingente de indivíduos com rendimento per capita de até meio salário-mínimo mensal, estimado em 55,8 milhões de pessoas na condição de pobreza absoluta, nota-se que 21% residem nos centros metropolitanos e 79% nas áreas não metropolitanas em pleno ano de 2005 (IBGE). Quando se relaciona o total de pobres com o conjunto da população, chega-se à taxa de pobreza absoluta que se diferencia segundo a área geográfica. A partir desse cenário de desigualdade em termos de condições de vida e trabalho por área geográfica, não se pode deixar de mencionar a intensa mobilidade territorial que marca a dinâmica do Brasil. Em função disso, **o país possui zonas de expulsão e atração populacional** que afetam consideravelmente a condição de vida e trabalho das pessoas, especialmente aquelas na condição de pobreza (POCHMANN, 2009, p. 60, grifo nosso).

Esse espaço do capital, que atrai os fluxos migratórios, ou repulsa as pessoas, não é fruto da abstração involuntária, é determinado por agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses diversos e próprios, que geram conflitos, conforme Corrêa (2011). Para Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), a globalização neoliberal contribui para a mobilidade das pessoas, de povos desterritorializados que buscam significados de re-existência e reterritorialização.

Muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios, ou melhor, nossos processos de territorialização (para enfatizar a ação, a dinâmica), estamos na maior parte das vezes vivenciando a intensificação e complexificação de um processo de (re)territorialização muito mais múltiplo, "multiterritorial". Foi nesse sentido que reconhecemos a desterritorialização como "mito". Não no sentido de que simplesmente "não exista" desterritorialização, mas de que se trata de um processo indissociavelmente ligado à sua contraface, os movimentos de (re)territorialização (HAESBAERT, 2010, p. 19).

Raffestin (1993) assinala que a territorialização consiste no processo de apropriação e controle do espaço geográfico por parte de diferentes grupos sociais, através de mecanismos como a delimitação de fronteiras, a construção de infraestrutura e a imposição de normas e valores. Dialeticamente, ocorre a desterritorialização, ruptura ou enfraquecimento das relações de poder que sustentam uma determinada territorialização, abrindo espaço para a reconfiguração do espaço e das relações sociais. Raffestin argumenta que a territorialização e a desterritorialização estão em constante interação dialética, moldando e sendo moldadas pelas relações de poder.

No Rio Grande do Sul, as condicionantes econômicas, as oportunidades de estudos e melhores condições de vida, são as determinantes principais para a migração contemporânea. Em 1970, o Brasil apresentava a população de 93.134.846 pessoas, que evoluiu para 203.062.512, em 2022. Houve uma evolução populacional de 118% no período. O Rio Grande do Sul, em 1970, detinha uma

população de 6.664.841 habitantes, que oscilou para 10.880.506, em 2022, aumento de 63,25% (IBGE, 2023a).

A "diáspora" no Pampa

A análise da dinâmica populacional dos cinco municípios sojicultores indica a retração populacional, que contrasta com as evoluções nacional e estadual. O município de Tupanciretã apresentava, em 1970, a população de 24.835 habitantes. No período 1970-2022, ela diminuiu para 20.005 pessoas, uma redução de 19,44% de sua população, também impactada pela criação dos municípios de Joia (1982) e Jari (1995).

São Gabriel detinha uma população de 51.934 pessoas, em 1970, que evoluiu para 58.487 habitantes, em 2022, uma variação positiva de 12,61%. Porém, nos últimos anos, em que se intensifica a sojicultura no município, a população recua significativamente, mesmo com os assentamentos realizados no início do século.

Em 1970, Júlio de Castilhos possuía uma população de 24.539 pessoas, que, no período 1970-2022, decresceu 25,72%, para 18.226 habitantes. Em 1988, houve a emancipação de Ivorá e, em 1992, de Pinhal Grande e Quevedos, que repercutem em perda populacional, mas a retração segue em curso no município.

Cachoeira do Sul também vem apresentando significativo declínio populacional. Em 1970, a população do município era de 94.261 pessoas, reduzida para 80.070 habitantes, em 2022, uma variação negativa de 15,05%. Houve a perda de distritos que se emanciparam, nas décadas de 1980 e 1990 – Cerro Branco, Paraíso do Sul e Novo Cabrais. Contudo, o município segue a dinâmica de perda populacional.

O município de Dom Pedrito apresentava, em 1970, a população de 32.801 habitantes, que oscilou positivamente para 36.981 pessoas, em 2022, aumento de 12,74%. Porém, ressalta-se que, desde o início do século, quando intensifica a produção sojicultora, há a retração populacional no município, lembrando-se que não houve desmembramento de distritos no período.

Distintamente dos municípios de prevalência sojicultora, os municípios de VAB industrial cresceram consideravelmente suas populações, no período 1970/2022, exceto Horizontina, município localizado na região sojicultora do noroeste gaúcho. Apesar de apresentar significativo VAB industrial, destoa dos demais no crescimento populacional. Isto ocorreu especialmente entre os Censos de 1980 e 1991, pois, em 1987, cede território à formação do município Doutor Maurício Cardoso. Assim, a população retrocedeu 10,21% no período, de 20.996 habitantes, em 1970, para 18.851 pessoas, em 2022. Contudo, desde o Censo de 1991, demonstra retomada do crescimento.

Venâncio Aires, em 1970, apresentava a população de 43.734 pessoas, que variou para 68.653 habitantes, em 2022, evolução de 56,97%. O município cedeu territórios para a criação dos municípios de Boqueirão do Leão (1989) e Mato Leitão (1992). O município dinamiza sua economia através de arranjos agroindustriais da erva-mate e do tabaco.

O município de Não-Me-Toque apresenta o perfil de atração de pessoas, apesar da concentração fundiária incentivada na região sojicultora em que se encontra. A população evoluiu 63,18% no período 1970/2022, de 10.968 habitantes, em 1970, para 17.898, em 2022. O dinamismo do segmento industrial de máquinas e equipamentos assegura a atração e/ou manutenção de pessoas no município.

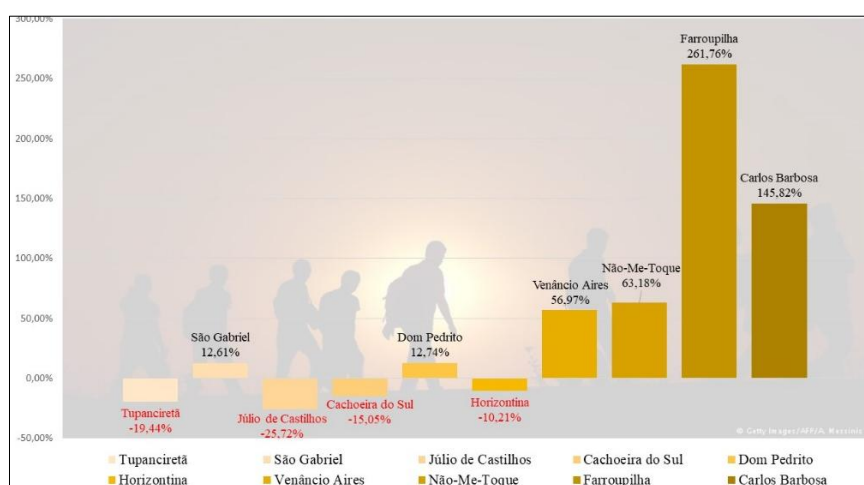
Farroupilha cresceu substancialmente no período analisado, acima de 261,76%, passando de 19.318 habitantes, em 1970, para 69.885, em 2022. Arranjos produtivos agroindustriais e têxteis são

impulsionadores da geração de emprego e renda no município, o que atrai e mantém pessoas. Com estes arranjos produtivos, que encadeiam o turismo cultural, Farroupilha mais que triplicou a população municipal no período.

Carlos Barbosa detinha, em 1970, a população de 12.374 habitantes, que cresceu 145,82% até 2022, para 30.418 pessoas. No município, são expressivos os arranjos agroindustriais, além da presença da indústria de utensílios domésticos Tramontina.

Na Figura 1 pode-se visualizar a variação percentual dos municípios analisados no período 1970-2022, e perceber a diferença de crescimento das populações analisadas. Notadamente, há um fenômeno de “diáspora” em curso nos municípios sojicultores.

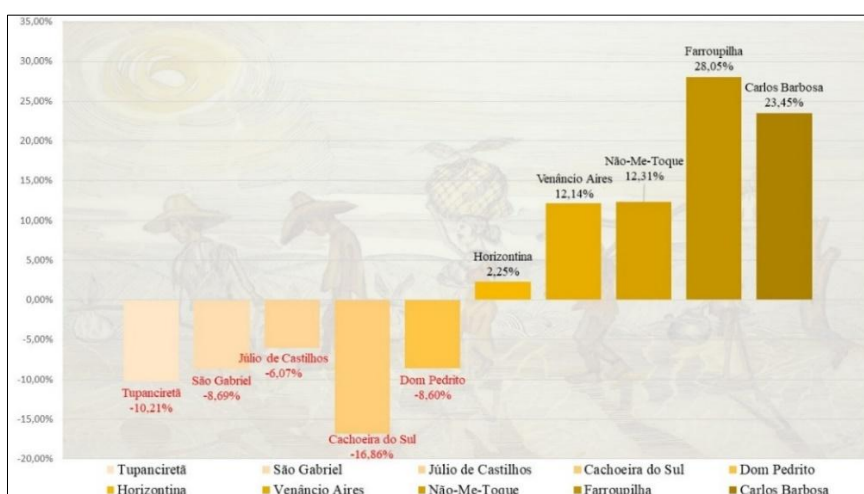
Figura 1 - Evolução da população de municípios no período 1970/2022 em %



Fonte: IBGE, 2023b. Org.: Autor, 2023.

Na Figura 2 este fenômeno é destacado ao analisar-se a retração populacional evidenciada nos municípios sojicultores no período 2010/2022, quando houve a evolução significativa da cultura da soja nos territórios com a aprovação da transgenia.

Figura 2 - Evolução da população de municípios no período 2010/2022 em %



Fonte: IBGE, 2023b. Org.: Autor, 2023.

Salienta-se que, neste período, não há variáveis que poderiam sugerir outro fator determinante para a dinâmica populacional, além do sentido migratório evidenciado, como a emancipação de distritos, uma vez que sua última edição na região ocorrera em 1995. Assim, o gráfico traduz a dinâmica populacional percebida, de contrastante evolução e involução, a depender de sua matriz econômica.

Condicionantes da "diáspora" no Pampa gaúcho

A fragilidade na dinamização econômica e geração de oportunidades de emprego e renda, são determinantes para a migração. A geração de empregos em municípios sojicultores gaúchos é menor que nos municípios de VAB industrial, conforme demonstram os indicadores oficiais.

Tabela 2 - Evolução histórica do saldo de empregos formais no segmento agropecuária em municípios sojicultores 2010/2019

Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Tupanciretã	43	64	17	49	16	25	-26	-20	65	46	279
São Gabriel	-26	5	-10	41	90	-29	-51	17	-81	-8	-52
Júlio de Castilhos	36	38	-18	-5	-6	74	-41	-35	-9	24	58
Cachoeira do Sul	-71	12	15	32	0	40	2	-31	-48	-28	-77
Dom Pedrito	93	-25	113	87	-34	118	29	-21	-49	-16	295
Total	75	94	117	204	66	228	-87	-90	-122	18	503

Fonte: Brasil, 2019. Org.: Autor, 2023.

Segundo a série histórica 2010/2019, sistematizada pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED (Brasil, 2019), os cinco municípios sojicultores, no total, neste período de dez anos, resultaram num saldo (admitidos – demitidos) de 503 empregos formais gerados no segmento agropecuária. Ou seja, a partir do estoque x de empregos existente em 2009, conforme a Tabela 2, houve o saldo positivo deste número final de empregos criados.

De outra parte, nos municípios de VAB industrial preponderante, apesar de toda sorte de descaso com o segmento no Brasil nas últimas décadas, de desenfreada desindustrialização, de ausência de políticas públicas satisfatórias, a indústria de transformação gerou cerca de oito vezes mais empregos nos municípios de VAB industrial, que a agropecuária nos principais municípios sojicultores, mesmo com suas inúmeras vantagens competitivas e fiscais. A Tabela 3 demonstra o saldo de empregos formais industriais criados no período 2010-2019 nos municípios de maior VAB industrial.

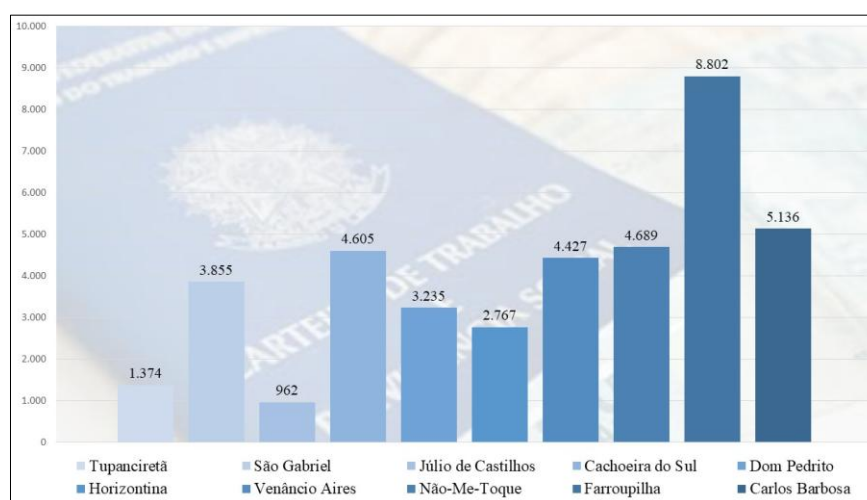
Tabela 3 - Evolução histórica de saldo de empregos formais em municípios industrializados no período 2010/2019 no segmento indústria de transformação

Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Horizontina	608	-247	-181	338	-336	-203	168	23	179	-113	236
Venâncio Aires	320	200	435	149	-170	-269	170	55	-116	125	899
Não-Me-Toque	395	700	439	649	-571	-362	-363	-84	273	112	1188
Farroupilha	623	369	28	313	-120	-527	-514	139	-102	-69	140
Carlos Barbosa	659	436	47	219	188	-58	-73	405	60	-337	1546
Total	2605	1458	768	1668	-1009	-1419	-612	538	294	-282	4009

Fonte: Brasil, 2019. Org.: Autor, 2023.

Numa análise mais ampla do CAGED, de 2002 a 2019, analisando-se o saldo de todos os empregos formais gerados nos municípios no período, notabiliza-se a influência da matriz produtiva prevalecente na dinamização econômica destes, e pode-se concluir que a prevalência industrial tem impacto superior que a primariedade sojicultora. No período, os cinco municípios sojicultores geraram o saldo de 14.301 empregos formais; ao passo que, os demais, de matrizes industriais, geraram o saldo de 25.821 empregos, conforme ilustra a Figura 3.

Figura 3 - Saldo de empregos formais gerado no período 2002/2019 por município



Fonte: Brasil, 2019. Org.: Autor, 2023.

Ou seja, o saldo de empregos formais gerados no período nos municípios de primazia industrial superou em 80,5% o saldo de empregos formais gerados nos municípios sojicultores gaúchos. Notadamente, a matriz industrial prevalecente dinamiza mais a economia de seus municípios que a primazia agroexportadora dos municípios sojicultores.

A remuneração média do trabalho é outro indicador a ser considerado. A média de salários-mínimos de trabalhadores formais dos municípios sojicultores é de 2,34, ao passo que, nos demais municípios comparados, a média é de 3,04 salários-mínimos (IBGE, 2021). Este contexto de menor valorização da mão de obra nos municípios sojicultores está pormenorizado na Tabela 4, trazido amiúde, a partir de categorias usadas pelo IBGE, que referenciam a consolidação de números da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais).

Tabela 4 - Média salarial de empregos formais por atividade econômica e total por município em 31/12/2021

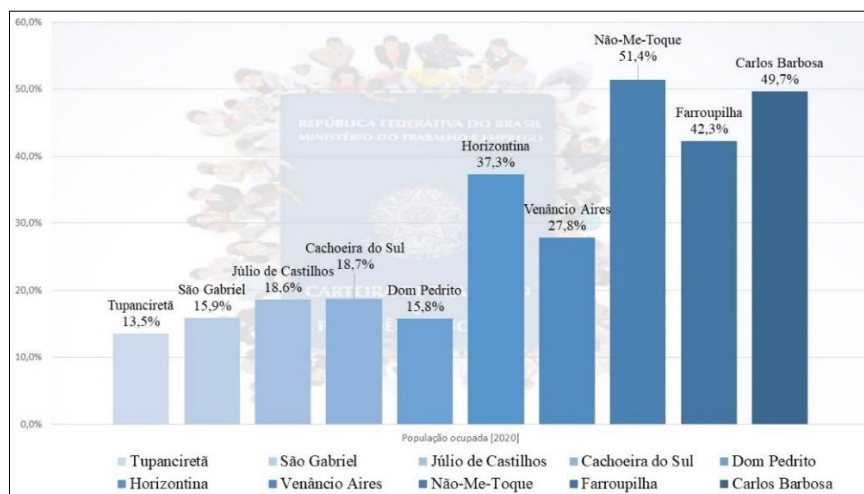
Atividade econômica	Tupanciretã	São Gabriel	Júlio de Castilhos	Cachoeira do Sul	Dom Pedrito	Horizontina	Venâncio Aires	Não-Me-Toque	Farroupilha	Carlos Barbosa
Extração mineral	*	4.522,80	*	3.154,86	2.321,49	2.511,85	2.620,42	*	3.902,52	5.558,42
Indústria de transformação	2.316,47	2.396,73	1.629,11	2.669,02	2.773,77	4.439,49	2.931,18	4.466,24	3.541,99	4.360,60
Serviços industriais de utilidade pública	2.822,88	2.430,65	4.558,94	4.670,65	6.635,87	4.618,14	5.743,97	11.428,15	4.127,26	6.044,35
Construção civil	1.778,99	2.416,64	1.641,19	2.110,32	1.953,05	2.172,34	2.224,49	2.360,03	2.854,39	2.725,48
Comércio	2.813,27	2.179,25	2.363,41	2.184,85	2.402,46	2.610,09	2.484,49	3.617,26	2.953,88	2.722,89
Serviços	2.604,08	2.495,83	2.517,38	2.698,73	2.511,01	2.805,43	2.599,92	2.613,63	3.173,29	3.367,12
Administração pública	3.613,16	3.701,75	4.170,95	3.166,02	2.969,76	4.667,13	6.601,99	4.036,54	4.104,79	5.488,65
Agropecuária	2.008,99	2.083,21	1.816,99	2.292,03	1.985,84	1.818,05	2.431,68	2.846,04	2.153,87	2.357,08
Total	2.698,96	2.533,10	2.679,29	2.631,49	2.462,68	3.728,89	3.096,52	3.939,13	3.285,82	3.977,17

Fonte: Brasil, 2021. Org.: Autor, 2023. (* sem incidência)

O valor expresso em cada atividade econômica já é produto de uma média ponderada remuneratória e quantificada de homens e mulheres em empregos formais. A tabela demonstra que nos municípios sojicultores há a menor valorização da mão de obra que nos demais municípios, em todas as atividades econômicas. A remuneração média em municípios sojicultores é de R\$ 2.601,10, ao passo que, nos municípios de primazia industrial, a média salarial de empregos formais é de R\$ 3.605,50. Até mesmo na agropecuária, a remuneração média é de R\$ 2.037,41, em municípios sojicultores, e R\$ 2.321,34 nos demais municípios, de dinâmica industrial. Ou seja, **o trabalho rural, em municípios de maior VAB industrial, inclusive de outra estrutura fundiária, é mais valorizado que o trabalho rural em municípios sojicultores.**

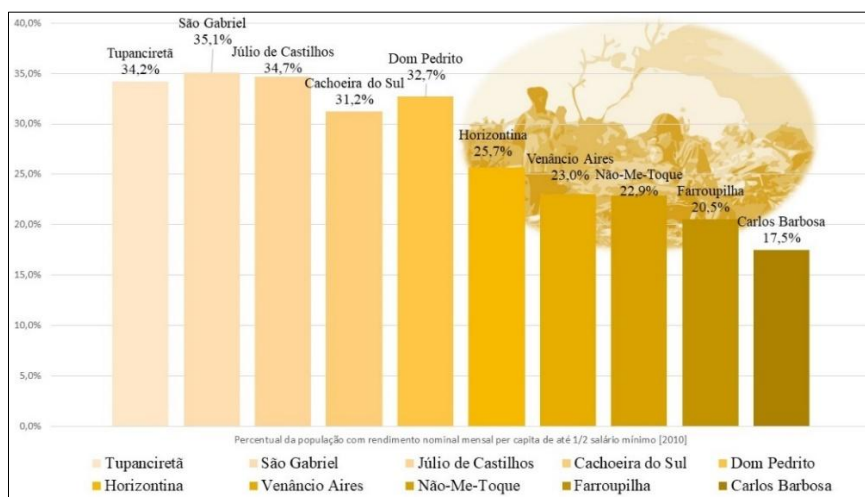
Essa inferioridade remuneratória de trabalhadores formais é apenas parte da problemática. Segundo o IBGE (2022), a população ocupada nos municípios sojicultores é consideravelmente baixa, se comparada aos demais municípios, o que demonstra a controversa reprodução do capital no município, conforme ilustra a Figura 4. O caso de Tupanciretã, maior produtor de soja em área colhida e em produção, é emblemático, com apenas 13,5% da população ocupada. Ocorre o desemprego estrutural, gerado pela mecanização do campo e a ausência de políticas públicas reparatórias de geração de empregos. Os demais municípios sojicultores não alcançam 20% de suas populações ocupadas.

Figura 4 - Demonstrativo da população ocupada por municípios em %



Fonte: IBGE, 2022. Org.: Autor, 2023.

A desassistência econômica vai gerar outro problema social, com dados apresentados pelo IBGE: o percentual de vulnerabilidade da população, que ganha até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, como ilustra a Figura 5. Quanto maior o índice percentual, pior é a situação do município, pois maior é o contingente de pobreza. É o que ocorre nos municípios sojicultores, em comparação com os demais, com destaque para São Gabriel, Júlio de Castilhos e Tupanciretã. Os municípios industrializados apresentam menores percentuais de pessoas em situação de pobreza, com destaque para Carlos Barbosa, com melhor indicador.

Figura 5 - População com rendimento per capita de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo em municípios gaúchos em %

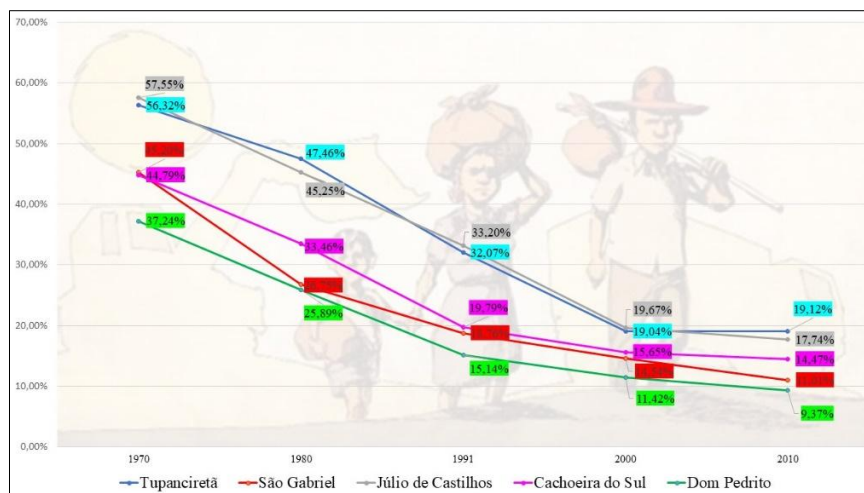
Fonte: IBGE, 2010 in IBGE, 2022. Org.: Autor, 2023.

Êxodo rural e o impulso à concentração fundiária

A urbanização crescente é um fenômeno global. Segundo o IBGE (2023b), no Brasil, mais de 84% das pessoas vivem no espaço urbano. A urbanização se intensificou com a industrialização

tardia e a “modernização” da agricultura propiciada pelo agronegócio. Na atualidade, o modelo hegemônico agroexportador provoca maior deserção do campo.

Figura 6 - Evolução da população rural de 1970 a 2010 em municípios sojicultores



Fonte: IBGE, 2023b. Org.: Autor, 2023.

A Figura 6 retrata a crescente migração e redução percentual de pessoas que residem no espaço rural nos municípios sojicultores, entre 1970 e 2010. A urbanização é observada em todos os municípios analisados, como demonstrado na Tabela 5. Contudo, ainda que os municípios de VAB industrial detenham outra primazia econômica, estes entes federativos, no período analisado de 1970 a 2010, apresentam maiores percentuais médios de pessoas residentes no espaço rural, 20,86%, diante de 14,34% de municípios sojicultores.

Tabela 5 - Evolução da população rural em municípios gaúchos 1970-2010

Município	1970	1980	1991	2000	2010
Tupanciretã	56,32%	47,46%	32,07%	19,04%	19,12%
São Gabriel	45,20%	26,75%	18,76%	14,54%	11,01%
Júlio de Castilhos	57,55%	45,25%	33,20%	19,67%	17,74%
Cachoeira do Sul	44,79%	33,46%	19,79%	15,65%	14,47%
Dom Pedrito	37,24%	25,89%	15,14%	11,42%	9,37%
Horizontina	78,24%	52,45%	26,72%	22,48%	20,60%
Venâncio Aires	74,35%	65,53%	53,26%	40,89%	37,22%
Não-Me-Toque	63,24%	35,71%	27,25%	18,17%	12,36%
Farroupilha	63,98%	43,31%	31,61%	22,79%	13,49%
Carlos Barbosa	69,12%	51,28%	34,71%	25,87%	20,64%

Fonte: IBGE, 2023b. Org.: Autor, 2024.

Ao analisar a estrutura fundiária e sua concentração, cabe destacar a necessidade de observância da atual etapa capitalista, de monopolização do capital, o que se dá em todos os segmentos econômicos. A natureza monopolista do sistema capitalista vem ocasionando fusões e assimilações empresariais mundo afora e a concentração do capital em poucas mãos. Assim, seja no contexto do agronegócio ou da agricultura familiar, há um processo que se sobrepõe, no qual ambos se inserem dialeticamente, que é a dinâmica do capital. Porém, a sojicultura agroexportadora

radicaliza a concentração no espaço rural, o que pode ser vislumbrado concretamente na estrutura fundiária dos cinco municípios em análise, em comparação com os demais municípios.

A Tabela 6 e a Figura 7, com informações dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, demonstram, inicialmente, que a média do tamanho dos estabelecimentos rurais dos cinco municípios sojicultores é maior que a dos outros municípios analisados, nas duas edições. Em 2017, a média de uma propriedade rural nos cinco municípios sojicultores é de 222 ha, ao passo que nos municípios mais industrializados a média da área é de 24 ha.

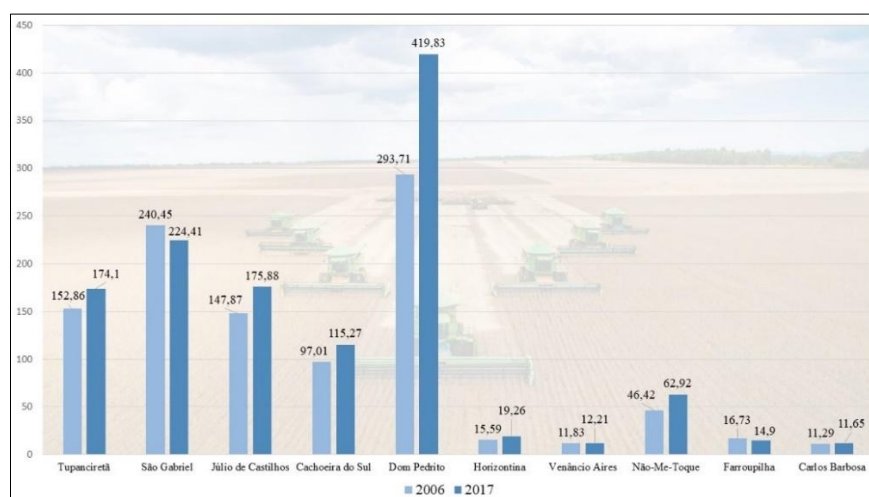
Tabela 6 - Número de estabelecimentos agropecuários com área total em ha por município nos Censos Agropecuários 2006 e 2017

Município	Nº est. 2006	Área 2006	Média 2006	Nº est. 2017	Área 2017	Média 2017	Variação 2006/2017
Tupanciretã	1.336	204.219	152,86	1.180	205.435	174,10	13,89%
São Gabriel	1.705	409.964	240,45	2.208	495.505	224,41	-6,67%
Júlio de Castilhos	979	144.760	147,87	976	171.663	175,88	18,95%
Cachoeira do Sul	3.341	324.123	97,01	2.780	320.464	115,27	18,82%
Dom Pedrito	1.410	414.135	293,71	1.119	469.788	419,83	42,94%
Horizontina	1.265	19.722	15,59	905	17.429	19,26	23,53%
Venâncio Aires	5.046	59.719	11,83	4.367	53.316	12,21	3,16%
Não-Me-Toque	687	31.892	46,42	500	31.462	62,92	35,54%
Farroupilha	1.338	22.387	16,73	1.272	18.957	14,90	-10,93%
Carlos Barbosa	1.329	15.008	11,29	1.313	15.297	11,65	3,17%

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 2006 e 2017. Org.: Autor, 2023.

Exceto São Gabriel, os demais municípios sojicultores tiveram aumento na concentração fundiária, superior ao percebido nos demais municípios. A variação média de crescimento, considerando-se o tamanho médio da área da propriedade rural de municípios sojicultores, numa comparação entre 2006 e 2017, foi de 17,59%, ao passo que nos municípios de VAB industrial foi de 10,89%. Ou seja, ambos inseridos na dinâmica capitalista, mas os sojicultores com variação superior. Chama a atenção que o município de Dom Pedrito, à medida que converte terras de pecuária para a sojicultura, vem concentrando consideravelmente a terra em grandes propriedades rurais, de médias maiores às tradicionais estâncias pecuaristas.

Figura 7 - Evolução da média de estabelecimentos rurais em municípios gaúchos em há



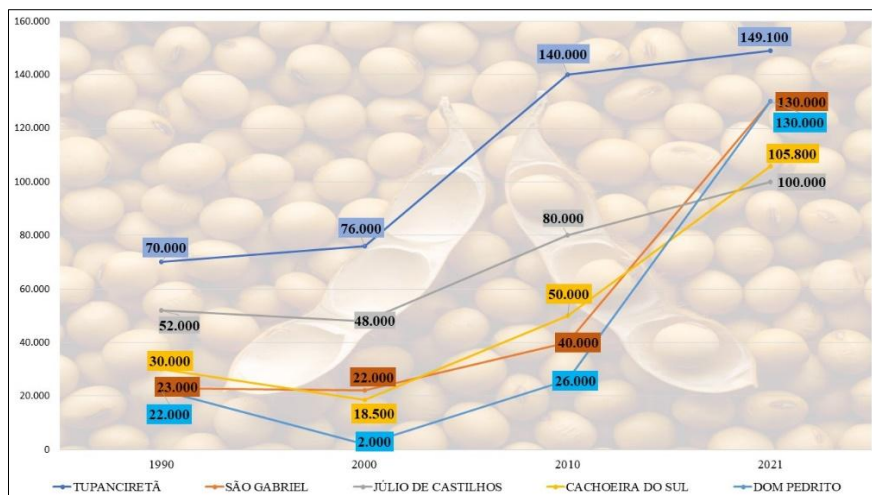
Fonte: IBGE, 2006 e 2017. Org.: Autor, 2023.

Dentre os municípios de VAB industrial, destacam-se as oscilações de Horizontina e Não-Me-Toque, municípios localizados em região sojicultora, no noroeste do estado. Ainda que a primazia econômica seja a indústria, especialmente de máquinas e implementos agrícolas, há considerável evolução da concentração fundiária devido à presença da sojicultura, bem superior aos outros três municípios industrializados.

Nota-se na Figura 7 o caso de São Gabriel. Realiza-se aí um exemplo ilustrativo da capacidade do Estado em atuar para protagonizar mudanças significativas nas injustiças históricas do espaço rural brasileiro. Segundo o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2023), foram distribuídos 32.787 ha em Dom Pedrito, Júlio de Castilhos, São Gabriel e Tupanciretã. Entre 2006 e 2017, São Gabriel reduziu a média do tamanho das propriedades rurais pois houve sete assentamentos no ano de 2008, distribuindo 12.624 hectares para 533 famílias (INCRA, 2023).

A Figura 8 demonstra a evolução da área plantada de soja nos cinco principais municípios, no período 1990-2021, segundo o IBGE (2023c). Em Tupanciretã, o aumento foi de 113% na área plantada, de 70.000 hectares, em 1990, para 149.100 ha, em 2021; em São Gabriel, superou 465,2% de crescimento nos 31 anos em tela, de 23.000 para 130.000 ha; em Júlio de Castilhos, o aumento foi de 92,3% no período, de 52.000 ha para 100.000 ha; em Cachoeira do Sul, a ampliação sojicultora também excedeu 252,6%, de 30.000 ha para 105.800 ha; e, em Dom Pedrito, o aumento foi ainda maior, de quase 491% no período, de 22.000 ha para 130.000 ha.

Figura 8 - Evolução da área plantada de soja em ha em municípios gaúchos 1990/2021



Fonte: IBGE, 2023c. Org.: Autor, 2023.

O modelo vigente sojicultor especializa-se e melhor se realiza na grande propriedade rural, otimizando custos e maximizando lucros. Como não há uma fronteira a expandir no estado, a sojicultura vai se sobrepondo a outros cultivos, especialmente a pecuária e a produção de alimentos. Segundo os Censos Agropecuários 2006 e 2017 (IBGE, 2006 e 2017), o número de estabelecimentos rurais avícolas e a produção de ovos, em média, reduziram nos municípios sojicultores, como demonstra a Tabela 7.

Tabela 7 - Evolução do número de estabelecimentos e produção de ovos em municípios sojicultores 2006/2017

Município	Nº est. 2006	Quantidade em mil dúzias 2006	Nº est. 2017	Quantidade em mil dúzias 2017	Variação produção de ovos em %
Tupanciretã	799	236	682	234	-0,84%
São Gabriel	806	165	1.114	247	49,69%
Júlio de Castilhos	409	163	640	169	3,68%
Cachoeira do Sul	1.618	1.032	1.540	785	-23,93%
Dom Pedrito	413	307	218	200	-34,85%

Fonte: IBGE, 2006 e 2017. Org.: Autor, 2023.

Em média, nos cinco municípios somados – Tupanciretã, São Gabriel, Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul e Dom Pedrito -, houve a retração de mais de 14% na produção de ovos no período. Distingue-se contrariamente o município de São Gabriel, com significativo aumento de quase 50% na produção, que pode estar relacionado com a política de assentamentos rurais no período.

Tabela 8 - Variação percentual da área cultivada de alimentos diversos em municípios sojicultores 2006/2017

Município	Arroz em casca	Feijão preto em grão	Mandioca	Milho em grão
Tupanciretã	-98,21	-95,62	-51,66	-18,98
São Gabriel	8,35	-50	-81,34	0,57
Júlio de Castilhos	-100	-57,96	0	-50,29
Cachoeira do Sul	-22,52	-22,78	-56,68	-16,38
Dom Pedrito	19	-60	-83,33	-39,04

Fonte: IBGE, 2006 e 2017. Org.: Autor, 2023.

A produção de alimentos, exercida principalmente pela agricultura familiar, também vem sendo comprometida com a expansão sojicultora. Conforme ilustra a Tabela 8, algumas das culturas mais percebidas na mesa da população, arroz, feijão, mandioca e milho, vem perdendo consideráveis áreas produtivas nestes municípios para a expansão da sojicultura, chegando até mesmo à extinção de culturas nestes territórios.

Vulnerabilidade social das populações

Uma das consequências do hegemonismo deste modelo sojicultor é a prevalência e agudização da concentração de renda pois, na forma em que se arquiteta, é altamente lucrativo para os maiores possuidores de capital. A desigualdade social pode ser mensurada por alguns indicadores, especialmente o Índice de Gini³. De acordo com este coeficiente, os municípios sojicultores apresentam maior concentração de renda que aqueles de primazia industrial (IBGE, 2010): Tupanciretã = 0,584; São Gabriel = 0,552; Júlio de Castilhos = 0,599; Cachoeira do Sul = 0,543; Dom Pedrito = 0,545; Horizontina = 0,495; Venâncio Aires = 0,465; Não-Me-Toque = 0,508; Farroupilha

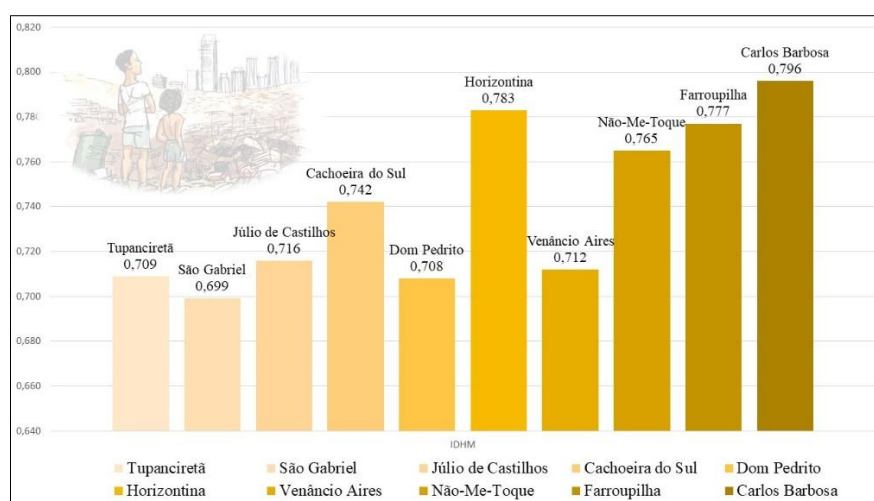
³ O índice de Gini, chamado também de coeficiente de Gini, é um indicador que mensura a distribuição de renda em um território. Por meio dele, é possível determinar a desigualdade social e a concentração de renda em diferentes níveis territoriais, além de estabelecer comparativos entre eles. Os valores do coeficiente de Gini variam entre 0 e 1, e, quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade na distribuição de renda entre a população.

= 0,440; e Carlos Barbosa = 0,507. Assim, os municípios sojicultores apresentam média de 0,5645, ao passo que os municípios de VAB industrial possuem média de 0,483 no Índice de Gini.

Com as limitações impostas pelo modelo hegemônico sojicultor aos municípios, impactados pela desoneração tributária e menor geração de empregos, além da distribuição de renda mais desigual, estas vão se refletir nas condições de vida das populações. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)⁴ é utilizado como referência internacional para a análise da qualidade de vida das populações.

O IDHM é a compilação deste índice nas esferas municipais, medido pelo IBGE. Assim, ao comparar-se o IDHM 2010 (IBGE, 2022) dos municípios sojicultores com os demais municípios, nota-se a menor qualidade de vida naqueles de matriz sojicultora, conforme a Figura 9. A média nestes municípios é de 0,7148, ao passo que, nos demais municípios comparados, esta média é de 0,7666. A pior situação é do município de São Gabriel, com índice de 0,699.

Figura 9 - IDHM de municípios gaúchos pesquisados



Fonte: IBGE, 2022g a 2022p. Org.: Autor, 2023.

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese)⁵(Governo do Estado do RS, 2020), demonstra que os municípios sojicultores destacados obtiveram, em 2020, a média de 0,7456; os municípios de maior VAB industrial apresentaram a média 0,8278.

Considerações finais

O modelo sojicultor transgênico, alardeado como grande propulsor de desenvolvimento no Rio Grande do Sul, apresenta controversa reprodução nos territórios que hegemoniza. A "diáspora" do Pampa gaúcho é importante síntese de determinações escamoteadas no âmbito da supervalorização deste modelo. Ainda que a região conviva com rugosidades de distorções econômicas segregatórias históricas, a hegemonização sojicultora, na forma que se expressa, agrava a vulnerabilidade social das populações, repele as pessoas.

⁴ O índice varia de 0 a 1, indicando mais proximamente de 1 as melhores condições de vida, a partir da combinação de três indicadores – PIB per capita, escolaridade e expectativa de vida.

⁵ O índice é sistematizado pelo governo do estado do Rio Grande do Sul; une análises de saúde, educação e renda dos municípios gaúchos, sendo aquele mais próximo de 1 com melhor qualidade de vida.

No formato oligopolista, nacional e estrangeiro, a cadeia produtiva não acolhe estes habitantes, que migram. O intenso uso de insumos (parte considerável degradante como os agrotóxicos que provocam contaminações), a mecanização que desemprega (fartamente estrangeira), a concentração fundiária, a desoneração tributária que empobrece as prefeituras municipais, gera um círculo vicioso que expulsa as pessoas de suas terras natais, seja do espaço rural ou urbano, especialmente pela ausência de oportunidades.

Se, de um lado, as safras de soja batem recordes, de outro, há a concentração de renda e terras, a agricultura familiar declina e o capital pouco se reproduz. De outra parte, os municípios de prevalência de VAB industrial, reiterando-se a ausência de incentivos ao segmento, ainda atraem pessoas e apresentam evolução populacional. Os municípios sojicultores, com sua dinâmica econômica baseada em latifúndios agroexportadores, não geram empregos e renda suficientemente; não produzem arranjos produtivos capazes de reter a população regional, que emigra, numa crescente “diáspora”.

Verificou-se que a sojicultura transgênica, de maior e crescente concentração fundiária, de superiores desemprego e precarização do trabalho, repelem também as pessoas do campo, sem conseguir inseri-las no processo produtivo e sobrepondo-se à agricultura familiar e à produção de alimentos. Nos demais municípios, de VAB industrial, ainda que acompanhem o sentido de esvaziamento do campo, há uma retenção maior, pela menor concentração fundiária e pela primazia da produção de alimentos para as demandas populacionais das cidades, além de novos arranjos produtivos que combinam o espaço agrário com outras atividades, como o turismo rural e ambiental.

No campo dos municípios sojicultores, há a crescente expansão da *commoditie* sobre áreas de produção de alimentos, o que contribui para o encarecimento de alimentos. Os camponeses desertam, vendendo ou arrendando suas terras, rumando por outros caminhos, em busca de melhores condições de vida. Contingentes consideráveis não encontram melhor destino, aumentando também a precariedade e a vulnerabilidade social nas cidades.

Referências

- AMADO, Jorge. (2004) *Terras do sem-fim*. Rio de Janeiro: Record.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). *CAGED 2002-2019*. Brasília - DF: 2019. Disponível em <http://pdet.mte.gov.br/caged>. Acesso em: 23 set. 2023.
- _____. Ministério do Trabalho. CAGED. ISPER (Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda). *Dados por município*. Brasília - DF: 2021. Disponível em https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php. Acesso em: 23 set. 2023.
- CORRÊA, Roberto Lobato. (2011) Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In CARLOS, Ana F.; SOUZA, Marcelo L. de e SPOSITO, Maria E. B. (org.). *A produção do espaço urbano*. São Paulo: Contexto.
- DAMIANI, Amélia. (2008) *População e Geografia*. São Paulo: Contexto.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. *Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese)*. Porto Alegre: 2020. Disponível em <https://idesevis.dee.rs.gov.br/>. Acesso em: 23 set. 2023.
- HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, v. 9, n. 17, 8 fev. 2010.
- HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2006/segunda-apuração>. Acesso em: 23 set. 2023.
- _____. *Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6957>. Acesso em: 16 set. 2023.
- _____. *Produto Interno Bruto dos Municípios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=pib-por-municipio>. Acesso em: 27 mai. 2023.
- _____. *Pesquisa Industrial Anual – Empresa*. Rio de Janeiro: 2021b. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 17 set. 2023.
- _____. *Cidades*. Rio de Janeiro: 2022. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- _____. *Censo Demográfico 2022*. Sidra Ibge: Tabela 4709 - População residente, Variação absoluta de população residente e Taxa de crescimento geométrico. Rio de Janeiro: 2023a. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4709>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- _____. *Censo demográfico. Séries temporais*. Sidra Ibge: Tabela 200 - População residente, por sexo, situação e grupos de idade. Rio de Janeiro: 2023b. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>. Acesso em: 23 set. 2023.
- _____. *Produção Agrícola Municipal*. Tabela 1612 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias. Rio de Janeiro: 2023c. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>. Acesso em: 23 set. 2023.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Assentamentos – relação de projetos*. Brasília - DF: 2023. Disponível em <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos>. Acesso em: 13 jan. 2023.
- LEFEBVRE, Henri. (2008) *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- LOBATO, Monteiro. (2012) *Cidades mortas*. São Paulo: Biblioteca Azul.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. (2022) *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- MOREIRA, Ruy. *O que é Geografia*. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- POCHMANN, Marcio. (2009) *Qual desenvolvimento?* São Paulo: Publisher.
- RAFFESTIN, Claude. (1993) *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. (2009) *Por uma outra globalização*. São Paulo: Record.

_____. *A urbanização brasileira*. (2013) São Paulo: Edusp.

VERÍSSIMO, Érico. (2004) *Um certo capitão Rodrigo*. São Paulo: Companhia das Letras.